

Pendência ambiental no Itapuã

Paulo Carvalho 25.2.04

ALINE FONSECA

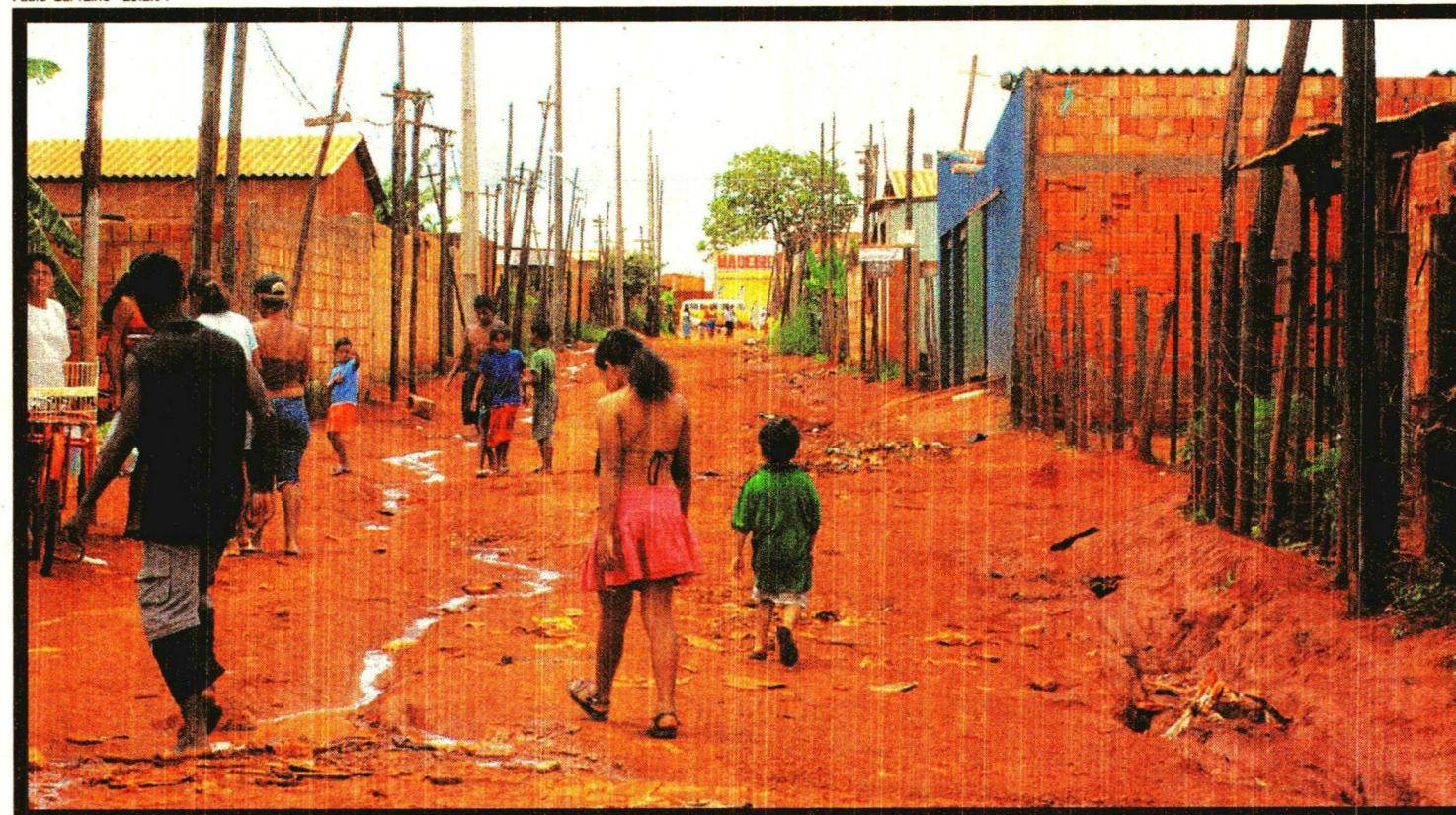
DA EQUIPE DO CORREIO

Três anos. Esse pode ser o prazo para um aglomerado de barracos se tornar uma cidade. Em julho de 2001, a invasão de Itapuã surgiu numa região desmatada próxima ao Paranoá. Na quarta-feira, a aprovação do projeto de lei que cria a Administração Regional de Itapuã, na Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa, trouxe esperança de moradia regularizada para os 56 mil moradores da invasão. A legalização, porém, não será fácil.

O Ministério Público Federal exigirá o licenciamento ambiental da região antes da realização de qualquer obra. "A regularização e a infra-estrutura têm como variável o licenciamento ambiental. Pela legislação, parcelamentos de solo para fins urbanos precisam de licença ambiental", explica o procurador-regional da República Francisco Guilherme Bastos.

Na próxima semana, a proposta que cria a região administrativa de Itapuã passa pela Comissão de Constituição e Justiça, depois vai a plenário, em regime de urgência. A expectativa é de que o projeto seja novamente aprovado, pois a base do governo é maioria na Casa.

Para os deputados governistas, a nova administração é resultado da maior atenção do Governo do Distrito Federal (GDF) com moradores da inva-



SURGIDA EM 2001, A INVASÃO DE ITAPUÃ JÁ TEM 56 MIL HABITANTES, MAS NÃO CONTA COM SANEAMENTO BÁSICO E ASFALTO: ESPERANÇA DE REGULARIZAÇÃO

são. O plano é transformar Itapuã em uma cidade, pelo menos urbanisticamente, até 2006. Até o final do próximo ano, o GDF pretende instalar a rede de esgoto. Itapuã já tem água encanada e energia elétrica. "A criação de uma administração não traz expectativa de regularização. Oficializar a presença do Executivo no lugar significa trazer o Estado para administrar os problemas. O governo não pode estar à mar-

gem de um local com 50 mil habitantes", justifica a líder do governo na Câmara Legislativa, deputada Anilcêia Machado (PMDB).

Atuando administrativamente ou não, o Ministério Público quer o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima). "Aprovamos a rede de água porque, em reuniões com a Caesb, entendemos que era um caso de saúde

pública. A água dos poços estava contaminada", explica o procurador.

Na invasão da Estrutural, a segunda maior do DF, o Ministério Público paralisou, no final de julho, as obras da rede de esgoto porque não estavam de acordo com o Eia/Rima, apresentado em abril.

Parte da invasão de Itapuã — formada pela Fazenda Paranoá-zinho, condomínio Del Lago e

Itapuã I — pertence à União. O restante está em área particular e do GDF. A Secretaria de Patrimônio da União entende que a gestão territorial é de competência exclusiva do GDF e preferiu não comentar sobre a criação da administração. Desde o final do ano passado, quando a secretaria da SPU, Alexandra Rescke, assumiu o cargo, o discurso é de regularizar a área de acordo com o Estatuto das Ci-

dades, seguindo determinações do governo federal.

Projeto

A administração oficial ainda está a caminho, mas a invasão tem, extra-oficialmente, um administrador, escolhido pelo governador Joaquim Roriz. O engenheiro agrônomo Valfredo Perfeito, 58 anos, prepara-se para assumir o cargo assim que o projeto for sancionado.

Perfeito já faz planos para o local. A idéia é instalar bancos, correios, delegacia e a rede de esgoto. "A presença da administração pública em Itapuã vai acelerar o processo de consolidação do lugar. É claro que isso influenciará na solução do problema fundiário", diz Perfeito.

Para os moradores, a presença oficial do governo significa luz, água encanada, asfalto, saúde, educação e segurança. "Já é um indício de regularização. É só o começo", afirma o presidente da Associação Comunitária Força Popular, Énio Rezende de Paula.